Diretor Responsável: Sérgio Butka - Jornalista Responsável: Gláucio Dias

Janeiro de 2015 - Ano 27 - Edição 849

A VOZ do Metalúrgico

Filiado à Força Sindical Paraná

Órgão de Informação e Luta dos Trabalhadores Metalúrgicos da Grande Curitiba

DEMISSÃO: ESSA CONTA NÃO É NOSSA!

Especial Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos e dos Empregos

VEM PRA RUA!

28 DE JANEIRO

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DOS EMPREGOS E DIREITOS

Dia 28 de janeiro vamos pra rua participar do Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos e Empregos!

Páginas 2 e 3

Crise no Brasil? Que nada! Pelo menos não para o patronal que nos últimos anos tem sido sustentado com os bilhões de reais que o governo concede para o capital em forma de isenções e outras regalias fiscais e tributárias. Dinheiro público vindo do nosso bolso. Tudo de mão beijada, sem cobrar nenhuma contrapartida ou responsabilidade com a manutenção de empregos e o desenvolvimento do país. O resultado é um patronal folgado que pensa que pode fazer o que quiser com o trabalhador sem ter responder por isso. Agora, sob desculpa de crise, querem que o trabalhador pague a conta do rombo que deixaram nas contas públicas. Das duas, uma: Ou a gente engole isso com farinha e deixa vivo o fantasma do desemprego, ou nos unimos, e vamos pra cima do governo e da patroazada exigir o fim da farra com nosso dinheiro. Quem fez a conta, que pague por ela, o trabalhador não tem nada a ver com isso. É hora de união companheirada. Dia 28 de janeiro, vamos pra rua!

Outra vez na rua:

Ficar quieto é deixar o governo e os políticos em geral numa boa achando que podem fazer o que quiser. Então tá na hora dar mais um chacoalhão nesse pessoal. Vamos parar tudo, como fizemos em julho de 2013

No Paraná, lei de responsabilidade com manutenção de empregos não está sendo cumprida!

Página 4

OPINIÃO

É hora de união para lutar por mais emprego

Pág. 3

Medidas Provisórias 664 e 665: o que muda para o trabalhador.

Página 4

Mamaram R$ 23 cofres públicos e que a gente pagu

O montante de dinheiro público que já foi despejado nas mãos da patraozada não é brincadeira. São bilhões e mais bilhões que o grande capital levou de mão beijada. E não deu nada em troca. Os preços continuaram lá em cima e os salários e benefícios continuaram lá embaixo. Ou seja, os lucros só aumentaram. Veja ao lado a estimativa de quanto dinheiro público as empresas tem ganho e reflita: É justo as empresas receberem uma grana preta, dinheiro suado do trabalhador, sem não terem um mínimo de responsabilidade sobre a manutenção dos empregos e dos salários? É justo a conta do rombo ficar na nossa mão, companheiro (a)? Então, vamos nos unir e lutar contra a folga do patronal! Dia 28 de janeiro vamos exigir mais atitude do governo com quem recebe dinheiro público. Vamos pra rua!

IPI MONTADORAS: R$ 55.030.000.000

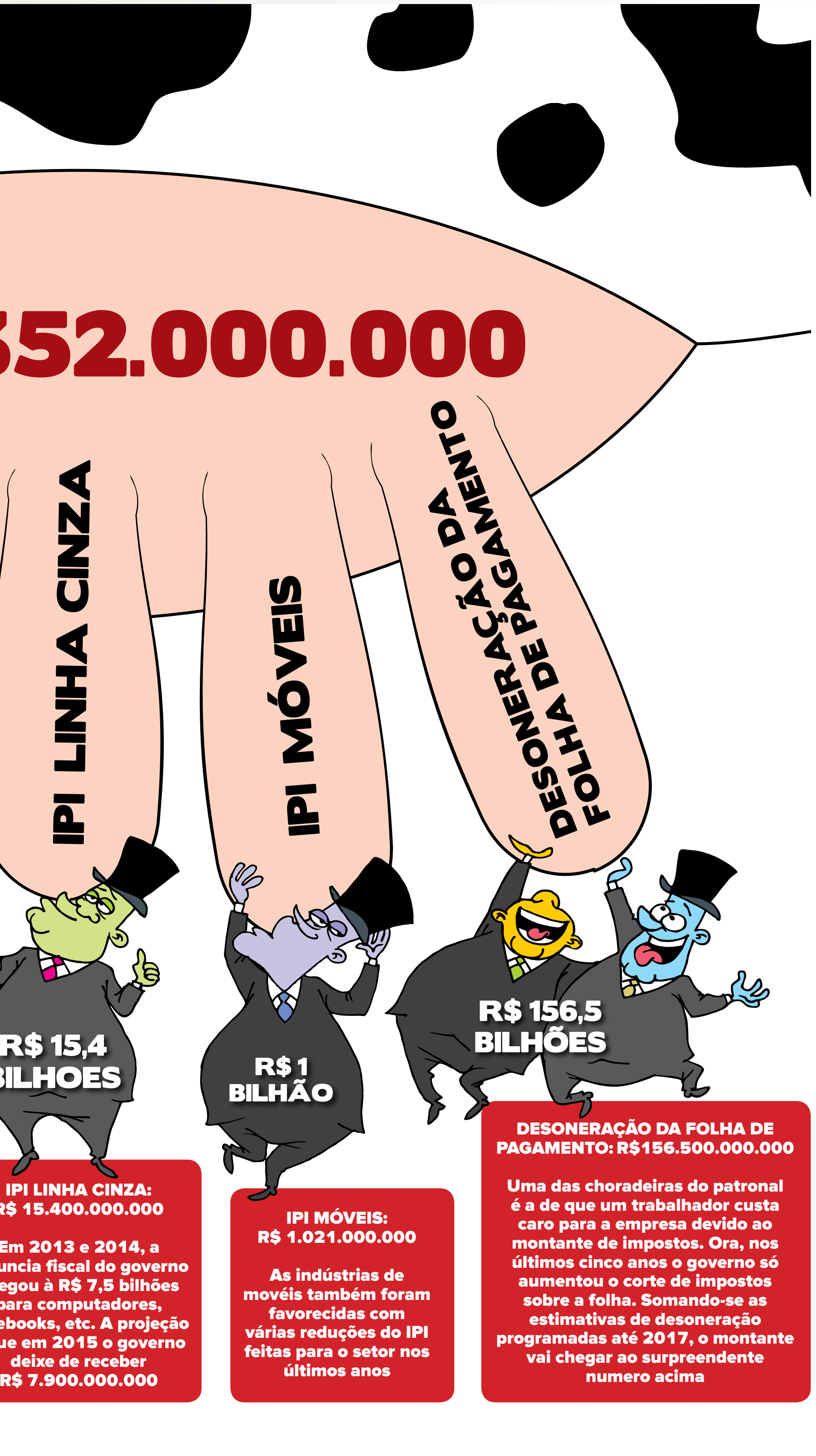
Esse é o montante estimado que as montadoras instaladas no Brasil receberam do governo só com a redução do Imposto sobre Produto Industrializados.

IPI LINHA BRANCA: R$ 8.4010.00.000

Nos últimos cinco anos, o governo também reduziu o IPI para empresas fabricante de geladeiras, fogões, maquinas de lavar e outros eletrodomésticos de linha branca

Na hora de dar, vai para as empresas. Na hora de pagar, é fumo no trabalhador

36,3 bilhões dos agora querem e a conta!!



IPI LINHA CINZA: R$ 15.400.000.000

Em 2013 e 2014, a uncia fiscal do governo egou à R$ 7,5 bilhões para computadores, ebooks, etc. A projeção ue em 2015 o governo deixe de receber R$ 7.900.000.000

IPI MÓVEIS: R$ 1.021.000.000

As indústrias de movéis também foram favorecidas com várias reduções do IPI feitas para o setor nos últimos anos

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO: R$156.500.000.000

Uma das choradeiras do patronal é a de que um trabalhador custa caro para a empresa devido ao montante de impostos. Ora, nos últimos cinco anos o governo só aumentou o corte de impostos sobre a folha. Somando-se as estimativas de desoneração programadas até 2017, o montante vai chegar ao surpreendente numero acima

EDITORIAL

É hora de união para lutar por mais emprego

Sérgio Butka,
Presidente do SMC

Todo mundo já ouviu a frase: só venha a nós, ao vosso reino, nada! Pois esse velho ditado popular serve bem para traduzir o comportamento do grande empresariado no Brasil. Vivem a chorar que o peso do estado é um entrave para a modernização da economia, que a legislação trabalhista é um atraso para o desenvolvimento do país e que no Brasil, os empresários são uma classe heróica diante das dificuldades que enfrentam para produzir. Esse discurso, reproduzido constantemente pela grande mídia, através do financiamento do grande capital, tanto bate nas nossas mentes, que corremos risco de aceita-lo como verdade absoluta sem ao menos perguntarmos se é isso mesmo que acontece. Mas basta um pouco de reflexão para ver que toda essa ladainha não passa de conversa pra boi dormir.

Isso porque as multinacionais, os banqueiros e o patronal recebem do governo todos os anos bilhões de reais em incentivos e benefícios fiscais, isenções de impostos e outras regalias tributarias. Ou seja, dinheiro público, que recebem de mão beijada ou deixam de pagar para poder aplicar em suas empresas. Tudo de graça, sem ao menos uma cobrança de responsabilidade com a manutenção dos empregos. Apesar da gritaria e do choro, o grande empresariado no Brasil é o menos exigido do mundo na hora de passar parte do seu resultado à sociedade que o cerca. As multinacionais que vivem se fazendo de vítimas, continuam a enviar a maior parte dos seus lucros para o exterior em prejuízo do trabalhador brasileiro. É interessante que na hora de receber a grana preta e as regalias do governo, a ladainha do peso e da interferência do estado é esquecido pelo patronal.

Por isso, abramos os olhos. No Brasil, o único que carrega o peso do estado nesta história toda é o trabalhador e o pequeno empresário, que tem que se desdobrar para pagar cada vez mais pesados impostos. Se existe herói nesta história, ele é o trabalhador que sustenta a farra do grande capital com o dinheiro público.

É contra isso que temos que nos unir, companheirada. As tentativas e ameaças de demissão orquestradas pelo patronal só tem um objetivo: jogar a conta para a gente pagar e forçar a redução de nossos direitos. Por isso, vamos pra rua exigir a garantia de nossos empregos. Deixemos as paixões partidárias de lado para lutar contra esses ataques. Se ficarmos quietos ou nos dividirmos agora, o buraco só vai ficar mais fundo para o nosso lado. Então, é hora de união. Vamos pra luta, companheirada.

Expediente

A Voz do Metalúrgico

A Voz do Metalúrgico é um órgão de informação e luta dos trabalhadores metalúrgicos da Grande Curitiba. Publicado há 28 anos, desde setembro de 1986. Diretor responsável: Sérgio Butka.

Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. Sede: Rua Lamenha Lins, 981, Rebouças, Curitiba - Paraná. Tel.: 3219-6400 - Fax: 3219-6455. Subsede CIC: 3219-6405. Subsede São José dos Pinhais - Tel.: 3219-6413. Subsede Pinhais - Tel.: 3219-6434. Subsede Campo Largo - Tel./fax: 3219-6466. - Subsede Araucária - Tel.: 3219-6486 - Site: www.simec.com.br

Editor: Gláucio Dias
Textos: André Nojima e Nilton de Oliveira
Projeto gráfico, paginação e arte: Adailton de Oliveira
JORNALISTA RESPONSÁVEL: GLÁUCIO DIAS - Registro Profissional: MTE 04783 -PR

Edição:
agência confraria
41 3014.7700

Governo se curva ao capital e limita acesso aos direitos trabalhistas

SAIBA O QUE MUDA COM AS NOVAS MEDIDAS PROVISÓRIAS 664 E 665

É aquela velha história: alguém tem que pagar a conta. E tão querendo jogar a conta no bolso do trabalhador. As tentativas e ameaças de demissão orquestradas pelo capital com vistas a forçar redução de direitos começa a fazer efeito sobre o governo. A redução de direitos históricos dos trabalhadores para tentar fechar o rombo das contas públicas é uma vergonha que precisa ser barrada o quanto antes. Ficar quieto é dar carta branca para que o patronal e o governo achem que podem fazer o quiser com trabalhador. Não vamos permitir isso, companheirada. Vamos pra luta!

Seguro desemprego

COMO ERA:

Para ter direito era preciso seis meses de contribuição

COMO FICOU:

Agora para ter direito é preciso:
- 18 meses de contribuição para a primeira solicitação
- 12 meses para a segunda
- Seis meses a partir da terceira

Abono salarial

COMO ERA:

Era preciso ter um mês de trabalho por ano com salário no valor de até dois salários mínimos

COMO FICOU:

É preciso ter seis meses de trabalho por ano com salário no valor de até dois mínimos

Auxilio-doença

COMO ERA:

- O benefício era de 90% do salário do segurado, baseado na média de 80% dos melhores salários.
- Empresas arcavam com os primeiro 15 dias de afastamento

COMO FICOU:

- O teto para o beneficio passa a ser a média das últimas 12 contribuições.
- Empresa passa a arcar com os primeiros 30 dias de afastamento
- As perícias poderão ser feitas no local de trabalho e com os médicos contratados pela empresas

Pensão por morte

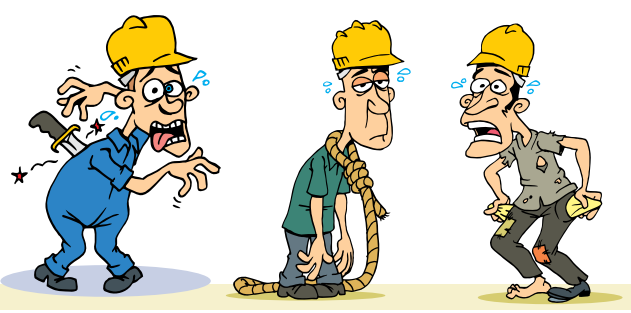
COMO ERA:

- O cônjuge tinha o direito de receber a pensão a partir de uma única contribuição mensal do trabalhador falecido
- Beneficio vitalício independente da idade do cônjuge
- Cálculo para o benefício era de 100%

COMO FICOU:

- Cônjuge só tem direito a receber se o trabalhador falecido tiver contribuído por no mínimo 24 meses
- É preciso ter no mínimo dois anos de casamento ou união estável, salvo caso em que o trabalhador faleça ou seja considerado incapaz por acidente de trabalho
- Cálculo do beneficio cai para 50% mais 10% por filho ou dependente
- O benefício será concedido levando-se em conta a expectativa de sobrevida do beneficiado, conforme a tabela abaixo:

IDADE DO CÔNJUGE	TEMPO DE RECEBIMENTO
Até 21 anos	3 anos
Entre 24 e 28 anos	6 anos
Entre 29 e 33 anos	9 anos
Entre 34 e 38 anos	12 anos
Entre 39 e 43 anos	15 anos
Há partir de 44 anos	Passa a ser vitalício



No Paraná, lei de responsabilidade com manutenção de empregos não está sendo cumprida!

Sindicato e Força Paraná já cobraram uma atitude do governo em relação à empresas que recebem benefícios fiscais mas não se comprometem com a manutenção de empregos

Trabalhadores da CNH, em assembleia: Demissão vai ser respondida com paralisação

O Sindicato está cobrando explicações do governo e das empresas que recebem milhares de reais em incentivos ficais do governo do Paraná, mas não estão cumprindo com a obrigação de manter empregos, conforme determina a lei estadual 15.192, de 2009. Pela lei, todas as empresas participantes de programas de incentivos fiscais do governo, como isenção de impostos e outros benefícios, devem manter um nível mínimo de empregos.

"É inadmissível ver estas indústrias ganharem incentivos fiscais, aumentarem seus lucros com isso e querer demitir sem nenhuma responsabilidade" afirma o presidente do SMC, Sérgio Butka.

Na última semana, trabalhadores da Renault e da CNH já deram o recado para as empresas. Em assembleias, realizada pelo SMC, os trabalhadores aprovaram que, a partir de agora, se houver demissões, as fabricas vão parar. À luta, companheirada.